

# HISTÓRIA E IMAGINAÇÃO HISTÓRICA: A “CRÔNICA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL” DE VARNHAGEN E AS NARRATIVAS DE ALEXANDRE HERCULANO

## HISTORY AND HISTORICAL IMAGINATION: THE VARNHAGEN’S “CRÔNICA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL” AND THE ALEXANDRE HERCULANO’S NARRATIVES

Michelle Fernanda TASCA\*

**Resumo:** As fronteiras entre a História e a ficção possibilitaram a escrita de diversos textos oitocentistas que jogavam com essa dualidade conceitual. Alexandre Herculano (1810-1877) atuou intensamente nesse sentido, criando uma ficção histórica, característica do Romantismo português, ao trabalhar simultaneamente com objetos históricos e a imaginação. Ao mesmo tempo, percebemos na “Crônica do Descobrimento do Brasil” (1840) de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) a presença de vários elementos característicos dessa Literatura desenvolvida por Herculano. A partir de uma leitura paralela dos textos de ambos os autores, procura-se perceber os caminhos tomados para a elaboração desse projeto literário oitocentista, que lançava as bases para um romance histórico lusitano, e a forma como tais elementos se desenvolveram nas obras em questão.

**Palavras-chave:** Imaginação Histórica – Francisco Adolfo de Varnhagen – Alexandre Herculano.

**Abstract:** The boundaries between history and fiction enabled the writing of many nineteenth-century texts that played with this conceptual dualism. Alexandre Herculano (1810-1877) worked intensively towards this direction, creating a historical fiction characteristic of Portuguese romanticism while working with historical objects and imagination. In the Francisco Adolfo de Varnhagen’s (1816-1878) “Crônica do Descobrimento do Brasil” (1840) we also noticed the presence of several characteristic features of this literature developed by Herculano. By a parallel reading of the texts of both authors, we seek to understand the paths taken to the construction of the nineteenth-century literary project, which laid the foundation for a Lusitanian historical novel, and how these elements are developed in such works.

**Keywords:** Historical Imagination – Francisco Adolfo de Varnhagen – Alexandre Herculano.

### *Introdução*

O século XIX legou uma profícua gama de trabalhos históricos. É comum ouvirmos que aquele teria sido ‘o grande século da História’, devido ao grande interesse despertado pela arte de Clio nas mais diversas formas: nas Artes, na Literatura, nas construções arquitetônicas e, sobretudo, nos estudos teóricos e no estabelecimento da História como uma disciplina consolidada.

---

\* Doutoranda em História – Programa de Pós-graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, CEP: 13083-970, Campinas – São Paulo – Brasil. Bolsista: CAPES. Email: [michelle.tasca@gmail.com](mailto:michelle.tasca@gmail.com).

Nessa imensa relação de obras e escritores oitocentistas, trabalharemos aqui com dois autores, cujas particularidades os tornaram grandes historiadores nacionais durante o século XIX: Alexandre Herculano e Adolfo de Varnhagen.

Herculano, historiador ícone do Liberalismo Romântico português, escreveu a *História de Portugal*, grande obra de sua vida, dividido entre os estudos históricos e a paixão pela Literatura, dualismo que culminou na publicação de seus romances históricos, gênero de que é considerado o introdutor em Portugal. Varnhagen, da mesma forma, escreveu sua icônica *História Geral do Brasil* buscando as origens de sua nação e de seu povo, objetivos semelhantes aos que nortearam a produção histórica de Herculano, em Portugal. No presente artigo, analisaremos os pontos de intersecção entre os autores a partir da *Crônica do Descobrimento do Brasil*, escrita por Varnhagen, em 1840, e que guarda muitas características em comum com os romances históricos desenvolvidos por Herculano.

#### *A Crônica do Descobrimento do Brasil e as Narrativas de Herculano*

Alexandre Herculano (1810-1877) foi um escritor que se dedicou integralmente ao projeto Romântico português, desenvolvendo de forma primorosa o gênero do romance histórico, com todas as ressalvas e especificidades que o meio português oitocentista requer. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), por sua vez, seguiu por outro caminho, e não podemos dizer que tenha uma obra considerável que possa ser definida dentro dos termos do romance histórico. Sendo assim, por que nossos olhos se voltam, no entanto, para um paralelo entre os dois escritores no que tange suas obras literárias e que, num primeiro momento, encontram-se relativamente distanciadas no que se refere ao desenvolvimento estilístico?

A justificativa está na própria “Crônica do Descobrimento do Brasil”. Embora não possa ser designada propriamente como romance histórico por uma série de motivos técnicos, como esclareceremos a seguir, a proposta de Varnhagen nesse momento não se afasta sobremaneira dos intentos de Herculano, ao escrever seus romances e narrativas. Ou seja, a ideia da construção de uma identidade nacional brasileira, mesmo que a partir de um viés português e de forma institucionalizada, já que Varnhagen se via ligado ao IHGB, pode ser aproximada aos intuítos de Herculano ao escrever sua obra literária. Cada um a sua maneira, estavam preocupados com a construção das origens da nacionalidade de seu país e, para isso, retornavam ao passado

através de um acervo documental a que ambos tiveram acesso durante seus anos de pesquisa nos arquivos europeus.

Desse modo, podemos observar a “Crônica do Descobrimento do Brasil” e as narrativas de Herculano a partir de uma leitura paralela que parte dos propósitos de se narrar um evento histórico fazendo uso de recursos ficcionais para recriar as cenas e as personagens das Histórias portuguesa e brasileira.

Um problema que se coloca nessa análise comparada refere-se ao estilo seguido por cada autor ao compor suas obras, sendo que algumas delas adotam mais explicitamente as acepções do romance histórico oitocentista e, outras, apesar de não comportarem tal denominação, fazem uso de diversos recursos inerentes a ele. Alguns textos de Herculano, num primeiro momento, são de designação mais clara e podemos considerar suas obras mais longas (*O Bobo*, *Eurico o Presbítero* e *O Monge de Cistér*) como romances históricos, mesmo com os questionamentos feitos pelo próprio autor como veremos a seguir. No entanto, nem suas narrativas nem a “Crônica do Descobrimento do Brasil” podem ser classificadas de tal forma, sobretudo por não se tratarem de romances no sentido estrito da palavra.

Em meio à vasta obra literária de Herculano, Varnhagen escreve sua “Crônica do Descobrimento do Brasil”, no mesmo período, e seguindo a ideologia Romântica desenvolvida no *Panorama*<sup>1</sup>, interessado em narrar a chegada da esquadra portuguesa ao Novo Mundo, sob a perspectiva de um narrador bastante original na época: Pero Vaz de Caminha.

Sem adentrar no desenvolvimento etimológico da palavra “crônica”, com a qual Varnhagen designa seu texto, é válido ao menos conjecturar a abrangência do conceito. Embora Massaud Moisés afirme que o termo tenha sido utilizado durante o século XIX sem as conotações historicistas dos séculos anteriores, comportando um sentido estritamente literário, a “Crônica do Descobrimento do Brasil” apresenta-se como uma mescla entre a documentação utilizada por Varnhagen para escrevê-la e a imaginação inserida para criar a ficção literária. Aproximando-se talvez do sentido comportado nos séculos anteriores, quando teria estreitas ligações com a historiografia sem, no entanto, deixar de apresentar traços da ficção literária (MOISES, 1997, p. 101-102). Ou, ainda, como sugere Flora Süssekind, um misto de crônica e novela (SÜSSEKIND, 1990, p. 187).

A classificação dos textos foi uma questão que mereceu alguma atenção do próprio Herculano, e se hoje nos é difícil dividir as obras de tempos anteriores em

categorias a fim de melhor analisá-las, não era mais fácil ao escritor definir o que intentava fazer em seu próprio trabalho. No prefácio a *Eurico, o Presbítero* Alexandre Herculano se interroga quanto a sua classificação:

Sou eu o primeiro que não sei classificar este livro: nem isso me aflige demasiado. Sem ambicionar para ele qualificação de poema em prosa – que não é por certo – também vejo, como todos hão de ver, que não é um romance histórico, ao menos conforme o creou o modelo e desesperação de todos os romancistas, o imortal Scott. Pretendendo fixar a ação que imaginei n’uma época de transição – a da morte do império gothico, e do nascimento das sociedades modernas da Peninsula, tive de lutar com a dificuldade de descrever sucessos e de retratar homens, que se por um lado pertenciam a eras, que nas recordações da Hespanha tenho por análogas aos tempos Heroicos da Grecia, precediam imediatamente por outro a época a que, em rigor, podemos chamar histórica, ao menos em relação ao romance. Desde a primeira até a ultima pagina do meu pobre livro caminhei sempre por estrada duvidosa traçada em terreno movediço; se o fiz com passos firmes ou vacilantes, outros, que não eu, o dirão (HERCULANO, 1867, p. 171).

O intuito de aproximar ou não seu escrito do romance histórico, assim como a referência ao modelo scottiano e a aparente incerteza quanto à sua classificação, evidenciada pelo título da nota: “Chronica-poema, lenda, ou o que quer que seja”, refletem o conhecimento de Herculano sobre a obra do escritor inglês tido, desde então, como base para essa categoria de romance. Ao visualizar sua obra ao lado dos textos de Walter Scott, titubeia quanto à melhor forma de designar *Eurico o Presbítero*, não por não saber de fato como classificá-lo, mas para inserir, através deste recurso retórico, seu projeto de escrita de um romance histórico fora dos moldes desenvolvido por Scott. Esses questionamentos o levam a uma tentativa de definição para justificar, a princípio, o seu não-enquadramento:

O romance histórico, como o concebeu Walter Scott, só é possível áquem do oitavo – talvez áquem do décimo século; porque só áquem dessa data, a vida em família, o homem sinceramente homem, e não ensaiado e trajado para aparecer na praça publica, se nos vae pouco a pouco revelando. As fórmulas e o estylo que convem aos tempos wisigothicos seriam desde então absurdos, e parece-me, até, que ridiculos (HERCULANO, 1867, p. 172).

Um dos quesitos para a existência do romance histórico aos moldes de Walter Scott seria, portanto, a datação do enredo com base documental, ou seja, não seria possível elaborar uma obra de tal gênero sobre um tempo anterior ao oitavo ou décimo século, por não se ter conhecimento da vida íntima desse povo.

O romance *Eurico, o Presbítero* se passa numa época de transição entre o fim do império gótico e o nascimento das sociedades modernas da Península Ibérica. Embora talvez se conhecesse melhor a sociedade visigótica do que a de Oviedo e Leão durante a restauração cristã, no que se refere às leis, instituições e traços materiais e intelectuais, seria para Herculano impossível reproduzir a vida desses povos na forma do romance histórico tradicional, por se conhecer apenas a vida pública dos visigodos, mas não a vida particular dessa sociedade.

Dos godos restam-nos códigos, história, literatura, monumentos escriptos de todo o gênero, mas os códigos e a literatura são reflexos mais ou menos pálidos das leis e erudição do império romano, e a historia desconhece o povo. O gothicismo hespanhol ao primeiro aspecto parece mover-se. Palpamo-lo: é uma estrutura de mármore, fria, imóvel, hirta. As portas das habitações dos cidadãos cerram-nas os sete sellos do Apocalypse: são a campa da família: a família goda é para nós como se nunca existira (HERCULANO, 1867, p. 172).

Nesse sentido, vamos ao encontro das assertivas de Perry Anderson, de acordo com o qual o romance histórico em sua definição clássica seria “uma épica que descreve a transformação da vida popular através de um conjunto de tipos humanos característicos, cujas vidas são remodeladas pelo vagalhão das forças sociais” (ANDERSON, 2007, p. 205). Essa característica pode ser observada na descrição que Herculano faz do romance histórico em *Eurico, o Presbítero*. Quando diz que o romance histórico não pode ser escrito sobre o período visigótico é porque a História dessa época “desconhece o povo”: “As portas das habitações dos cidadãos cerram-nas os setes sellos do Apocalypse: são a campa da família: a família goda é para nós como se nunca existira” (HERCULANO, 1867, p. 172).

Ao caracterizar o romance histórico a partir do conhecimento da vida popular, apenas apreensível a partir do século VIII, Herculano distingue a forma literária utilizada de acordo com o recorte temporal da História peninsular que se pretende tratar, ou seja, a antiga Hespanha, a romano-germânica e a moderna. Como a obra se situa num momento de transição, ele também teria tentado operar com os diferentes estilos ao mesmo tempo, ou seja, a obra literária referente a essa mudança da Hespanha romano-germânica para a Hespanha moderna passando pela conquista árabe deveria combinar as duas extremidades a que se prende:

[...] fazer sentir que o descendente de Theoderik ou de Leuwighild será o ascendente do Cid ou do Lidador; que o heroe se vae

transformar em cavaleiro; que o servo, entidade duvidosa entre homem e cousa, começa a converter-se em altivo e irrequieto burguez. E a fôrma e o estylo devem aproximar-se mais ou menos d'um ou d'outro extremo, conforme a época em que lançamos a nossa concepção está mais vizinha ou mais remota da que vae deixando d'existir, ou da que vem surgindo. A dificultosa mistura dessas cores na palheta do artista nenhuma doutrina, nenhum preceito lh'a diz: ensinar-lh'a-há o instincto. Tive eu esse instincto? – É mais provável o não que o sim. – Se a arte fôra fácil para todos os que tentam possuí-la, não nos faltariam artistas! (HERCULANO, 1867, p. 172).

Herculano tem clara sua ideia de romance histórico, com base no modelo inglês que se tornava muito conhecido em Portugal, sobretudo pelas traduções para o português das obras de Scott que já eram constantes, principalmente no *Panorama*. Embora resista a aceitar sua obra como romance histórico dentro de tais padrões, funda um novo conceito para o gênero, desenvolvido com as características lusitanas. Tanto que, na “Advertência” ao primeiro volume das *Lendas e Narrativas* publicado em 1851, Herculano se refere aos textos que virão a seguir como as primeiras tentativas de romance histórico em língua portuguesa:

Os pequenos romances e narrativas contidos neste volume foram impressos, em epochas mais ou menos remotas, nas duas publicações periódicas o Panorama e a Illustração, bem como o foram nestes ou em outros jornaes os que tem de formar o segundo volume das Lendas e Narrativas; collecção que, se trabalhos mais arduos o consentirem, será continuada com alguns outros apenas esboçados ou inéditos no todo ou em parte, que ainda restam ente os manuscriptos do autor. Corrigindo-os e publicando-os de novo, para se ajunctarem a composições mais extensas e menos imperfeitas, que já viram a luz publica em volumes separados, elle quis apenas preservar do esquecimento, a que por via de regra são condemnados a mais cedo ou mais tarde os escriptos inseridos nas columnas das publicações periódicas, as primeiras tentativas do romance historico que se fizeram na lingua portugueza. Monumentos dos esforços do auctor para introduzir na litteratura nacional um gênero amplamente cultivado, nestes nossos tempos, em todos os paizes da Europa, é este o principal, ou talvez o unico merecimento delles, o titulo de que podem valer-se para não serem entregues de todo ao esquecimento (HERCULANO, 1851, p. V-VI).

Essas reflexões patentes em *Eurico, o Presbítero* e nas *Lendas e Narrativas*, podem ser ampliadas também para outros escritos de Herculano, tais como *O Monge de Cistér*, que compõe a segunda parte do *Monasticon*, e também *O Bobo*, obras escritas de acordo com a mesma ideologia Romântica da primeira metade do oitocentos. Enfim, romance histórico ou não, tanto os romances e as narrativas de Herculano quanto a

“Crônica do Descobrimento do Brasil” de Varnhagen seguem o mesmo princípio constitutivo de aliar a documentação histórica a recursos imaginários.

### *Um Paralelo Histórico-Literário*

Nesse momento nos deteremos, portanto, na discussão sobre a forma como os autores constroem sua Literatura a partir da mesma documentação utilizada para escrever análises historiográficas, e a forma como a ficção e a imaginação interagem com a realidade dentro da obra literária. Coloca-se em cheque a concepção de uma verdade histórica nos moldes como era concebida durante o século XIX e favorece a criação de um relato verossímil, necessário para a transmissão das lendas e tradições da nação, que invariavelmente eram objetos de tais narrativas.

Alexandre Herculano escreveu muitos textos de ficção histórica ao longo das décadas de 1830 e 1840, mas foi em “O Bobo”<sup>2</sup> (1843) que elegeu como tema a constituição de Portugal como um território independente, onde localiza o berço da nação portuguesa. A narrativa, ambientada no século XII, retrata os últimos acontecimentos que levaram Afonso Henriques a assumir o poder e tornar Portugal uma província independente culminando na Batalha de S. Mamede, em Guimarães, onde vence as tropas aliadas a sua mãe, D. Teresa. Apresenta, assim, um misto entre personagens que tiveram uma existência histórica, como o próprio Afonso Henriques, sua mãe, D. Tereza, Fernando Perez e Gonçalo Mendes da Maia, dentre outros, ao lado de caracteres inventados, a exemplo do triângulo amoroso composto por Garcia Bermudes, Egas Moniz e Dulce, e o próprio bobo da corte D. Bibas, que dá o nome à narrativa, e que é a peça-chave para o desenrolar dos acontecimentos.

Varnhagen, por sua vez, narra a origem da nação brasileira em sua “Crônica do Descobrimento do Brasil”, publicada também no *Panorama* sob a forma de folhetim, três anos antes de “O Bobo”, entre 18 de janeiro e 28 de março de 1840.<sup>3</sup> Da mesma forma como a Literatura de Herculano se baseava na documentação sobre a História portuguesa, a “Crônica do Descobrimento do Brasil” relata de forma romanceada a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral nas terras que viriam a ser o Brasil, fazendo uso das mesmas fontes encontradas por Varnhagen nos seus anos de pesquisa nos arquivos portugueses. E que foi ao mesmo tempo objeto de análise e atenção historiográfica, com destaque para a carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão oficial da esquadra, ao Rei de Portugal. Essa fonte servirá de base tanto para a elaboração de sua

crônica, quanto da *História Geral do Brasil* (1854-1857), sendo que o grande diferencial da primeira está na recriação ficcional de um relato documentado, seguindo o mesmo processo de Herculano, mesclando episódios reais e personagens referenciais. Como, por exemplo, o próprio Pero Vaz de Caminha e Pedro Álvares Cabral, com personagens ficcionais e cenas inventadas, tais como os indígenas que encontra no novo território e outros membros da tripulação da esquadra.

Embora existam distinções entre o fazer histórico e literário, quando Varnhagen e Herculano escrevem sua Literatura ficcional, não deixam completamente de lado sua perspectiva de historiadores. No entanto, se dedicam a um trabalho com propósitos distintos, que lhes exige recursos diferenciados e uma capacidade de abstração da realidade impensável quando o objetivo era um trabalho historiográfico, o que justifica o valor que continuam a dar às fontes que alicerçam a narração. No caso de Varnhagen, além da carta de Pero Vaz de Caminha, que, como salienta, estaria conservada na Torre do Tombo, local de muitas pesquisas tanto suas quanto de Herculano, promove paralelo também com outros documentos relativos ao período narrado, como aqueles de: Castanheda, se referindo provavelmente a Fernão Lopes de Castanheda, autor de *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, João de Barros, Damião de Góis, Gaspar Correa, autor de *Lendas das Índias* e Gabriel Soares de Sousa. Todos eles escritores do século XVI, cujos interesses estavam voltados para os relatos de viagem e estudo das novas terras descobertas. Dentre todas as fontes citadas, interessa-lhe, sobremaneira, a carta de Caminha por um motivo muito claro: a veracidade do escrito, dotado da autoridade de uma “testemunha ocular”, “sendo escrita no mesmo local e ocasião em que se passavam os fatos”:

Cedo veio a noite de 22 de Abril de 1500 em que se realizou esse descobrimento, segundo a narração ingênua e circunstanciada, feita a elrei por Pero Vaz de Caminha, que ia por escrivão para a feitoria de Calecut, e que sendo testemunha ocular, tem tambem a seu favor ser esta sua narração uma carta particular a elrei em que até lhe fala de negócios doménsticos. E sendo escripta no mesmo local e ocasião em que se passavam os factos, e não depois de decorridos tempos em que algumas miudezas poderiam ter escapado, é de tão ponderosa auctoridade que estando, de mais, em harmonia com a narração do piloto portuguez em Ramusio, deve em nossa opinião supplantar as dos mais acreditados escriptores que não foram coevos, incluindo nestes Castanheda, Barros, Goes, e até o mesmo Gaspar Correa, a quem seguiremos em muitos outros pontos, por ser o escriptor verdadeiramente original dos fastos da Índia nos primeiros doze annos. Deste documento de Pero Vaz, já impresso, conserva-se o veneravel original na Torre do Tombo. É o primeiro escripto de Penna portugueza (21) no Novo-mundo, e nesta historia o seguimos por

vezes textualmente. Quanto pois á data do descobrimento dizemos afoitamente que erram os que seguindo a Marco, Gaspar Correa, Barros e Soares querem, deduzindo-a do nome dado á terra, que fosse a 3 de Maio, em que a igreja solemnisa a festa da Santa-cruz. Esta opinião errônea produziu um anachronismo de consequência, que até em actos públicos voga indevidamente pelo Brazil (VARNHAGEN, 1840, p. 21-22).

A mesma importância dada ao relato contemporâneo ao acontecimento retratado aparece em outra passagem mais ao final da obra. Quando a esquadra retorna a Portugal, em meio às grandes festas promovidas pela descoberta da nova terra, Varnhagen cita que um importante astrólogo fora consultado para dar seu parecer sobre a novidade “... e achou que ella havia de ser opulenta e servir de refugio e abrigo da gente portuguesa”, e afiança para aqueles que não dessem crédito a tal profecia: “Quem duvidar desta particularidade curiosa, saiba que a conta um escriptor, que viveu no mesmo século, e que a invasão francesa foi causa de que o astrólogo não ficasse por impostor” (VARNHAGEN, 1840, p. 103). A diferença dessa passagem está em não citar o nome do escritor, se fiando apenas no testemunho de alguém que viveu no mesmo período para dotar o fato de autoridade inquestionável.<sup>4</sup>

Não contente com a minúcia com que apresenta suas fontes, questionando mesmo a opinião de alguns escritores acerca da data do descobrimento, Varnhagen cita o trabalho de João Pedro Ribeiro, estudioso importante no desenvolvimento da crítica documental em Portugal, a fim de confirmar suas informações:

Já no altar luziam accesas as velas e tochas: pouco tardaram os padres, que se estavam revestindo. Segundo nos consta por documentos e provas confirmadas pela arte de verificar as datas, e reconhecidas valiosas pelo grande critico J. Pedro Ribeiro, a vestimenta era branca, bem como o há-de ser este anno neste dia (VARNHAGEN, 1840, p. 44).

Quando observamos a “Crônica do Descobrimento do Brasil” ao lado dos mesmos eventos narrados na *História Geral do Brasil* vemos que, em certas partes, Varnhagen as diferencia muito pouco, apresentando inclusive trechos muito parecidos nas duas obras, mesmo que cada uma seguisse um gênero particular. Dois pontos merecem ser ressaltados: o primeiro é a caracterização de Caminha como um cronista ingênuo apresentada na obra historiográfica: “Dispensa-nos dessa tarefa o minucioso chronista deste descobrimento, o ingênuo Pero Vaz de Caminha, cuja narrativa epistolar dirigida ao próprio rei, destas plagas virgens em tudo, tanto nos encanta” (VARNHAGEN, 1854, p. 14). E na crônica: “segundo a narração ingênua e

circunstanciada, feita a elrei por Pero Vaz de Caminha” (VARNHAGEN, 1840, p. 21). Outro exemplo concomitante seria a transcrição da mesma passagem da carta de Pero Vaz de Caminha nas duas obras:

O capitão, quando elles vieram, estava assentado em uma cadeira, com uma altatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um collar de ouro mui grande ao pescoço; e Sancho de Toar, e Simão de Miranda, e Nicoláo Coelho, e Ayres Corrêa, e nós outros, que aqui na não com elle imos, — assentados no chão por essa alcatifa. Acenderam tochas; e entraram; e não fizeram nenhuma menção de corlezia, nem de falar ao capitão, nem a ninguém. Pero um delles poz olho no collar do capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o collar, como que nos dizia que havia em terra ouro. E também viu ura castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia também prata. Mostraram-lh«s um papagaio pardo, que aqui o capitão traz, tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como que os havia ahi. Mostraram-lhes uma gallinha; quasi haviam medo delia e não lhe quizeram pôr a mão; e depois a tomaram como espantados. Deram-lhes ali de comer pão e pescado cozido, confeitos, farteis, mel e figos passados; não queriam comer daquillo quasi nada, e alguma cousa, se a provavam, lançavam-na logo fora. Trouxeram-lhes vinho por uma taça; pozeram-lhes assim á boca tam-a-lavez, e não gostaram delle nada, nem o quizeram mais. Trouveram-lhes água por uma albarrada; tomaram delia senhos bocados, e não beberam; somente lavaram as bocas e lançaram fora. Viu um delles umas contas de rosário brancas; acenou que lhas dessem, e folgou muito com ellas, e lançou-as ao pescoço. E depois tirou-as e embrulhou-as no braço; e acenava para a terra, e então pára as contas e para o collar do capitão, como que dariam ouro por aquillo. Isto tomávamos nós assim pelo desejarmos, mas se elle queria dizer que levaria as contas e mais o collar, isso não queríamos nós entender; porque. lh'o não havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lh'as deu. E então estiraram-se assim de costas na alcatifa a dormir... O capitão lhes mandou pôr ás suas cabeças senhos coxins..., e lançaram-lhes um manto em cima. E elles consentiram e jouveram e dormiram (VARNHAGEN, 1840, p. 34).

Muitos desses recursos são utilizados por Herculano em seus escritos, sobretudo no que se refere aos documentos de que lança mão ao elaborar suas obras sobre a História de Portugal, que foram também a base para a escrita de seus romances históricos e demais narrativas do gênero, ou seja, o autor abordou o mesmo evento em diversos textos que seguiam propósitos distintos. No caso das obras analisadas, o processo de Independência do Reino português efetivado por Afonso Henriques, ao tomar o poder das mãos de sua mãe, D. Teresa - que causava grande desgosto a seus súditos por governar ao lado de seu cônjuge, Fernando Peres de Trava. Assim como as batalhas travadas contra D. Urraca, rainha de Leão e Castela e herdeira de Afonso VI, por questões territoriais, são passagens da História portuguesa que constam tanto na

*História de Portugal* e nas “Cartas sobre a História de Portugal”<sup>5</sup> quanto nas narrativas literárias como “O Bobo” e “O Bispo Negro”.

Nas “Cartas sobre a História de Portugal”, Herculano aborda os acontecimentos que levaram à origem e Independência de Portugal e sua separação do Reino leonês a partir de uma perspectiva crítica. O autor questiona a validade das fontes em que os historiadores seus coetâneos teriam baseado a versão comumente aceita da transmissão da terra através do casamento do príncipe Henrique de Borgonha com D. Teresa, filha de Afonso VI, que recebera como dote a terra de Portugal. Ao mesmo tempo, coloca em cheque o próprio costume de conceder a terra em dote para a filha que se casava.

Se Portugal foi dado em dote a D. Theresa com direito hereditario, segundo affirma a chronica latina do imperador Affonso Raimundez, provindo d'essa circumstancia o governo de Henrique, como se ha-de suppor que D. Urraca, filha mais velha e incontestavelmente legitima, não recebesse em dote tambem, jure haereditario, as terras que seu marido governou? E se assim foi, como e porque se destruiu em parte este direito, dando em dote de outra filha uma porção do que já era dote de D. Urraca, e isto sem que Raimundo se queixasse, antes fazendo pactos de concordia e mútua alliança, como o que fez com o conde Henrique? (HERCULANO, s.d., p. 53).

Preocupado em atingir a versão mais exata possível dos acontecimentos, Herculano discute não apenas a visão corrente dos historiadores coetâneos, mas também a validade das fontes que embasavam tais discursos.

Ajunte-se a isso que d'esta historia apenas restavam copias incorrectas e incompletas quando, depois de Berganza, a publicou Flores, e que ella passou pelas mãos do celebre falsario, consocio de Fr. Bernardo de Brito, o padre Higuera[17]. Será portanto bastante por si só para dissolver as dúvidas apontadas? Aconselha-lo-ha a boa critica? Parece-me que não (HERCULANO, s.d., p. 57).

Da mesma forma, o primeiro livro da *História de Portugal* é inteiramente dedicado ao mesmo processo de criação do Reino de Portugal, partindo do estabelecimento do Condado portugalense por Afonso VI e a transferência do governo ao seu genro Henrique, esposo de D. Urraca e culminando no domínio estabelecido por Afonso Henriques. Todo esse primeiro tomo da grande obra histórica de Herculano dá o tom inicial em “O Bispo Negro” e é resumido nas primeiras páginas de “O Bobo”. A narração desta última obra inicia já com a contextualização do ambiente histórico em que toda a ação do romance irá se desenvolver, ou seja, a morte de Afonso VI, rei de Leão e Castela e a necessidade de encontrar um marido para sua filha mais velha, D. Urraca, que fosse digno de substituí-lo à frente do Reino:

A morte de Affonso 6º de Leão e Castella produziu nos estados christãos da Hespanha acontecimentos ainda mais graves do que os previstos por elle, no momento em que ia trocar a cota e a cervilheira de guerra pela mortalha pacifica do sepulchro, que o recebeu no mosteiro de S. Facundo ou Sahagun. O gênio inquieto dos barões leonezes, gallegos e castelhanos, facilmente achou pretextos, para dar largas ás suas ambições e vinganças, na violenta situação política em que o príncipe moribundo collocara o paiz. Costumado a considerar o valor brilhante, a audácia desmesurada, o phrenesi das batalhas e conquistas, como o primeiro dote de qualquer monarcha, e achando-se orphão do único filho que o céu lhe concedêra – o infante D. Sancho morto em annos viçosos no infeliz conflicto d’Ucles – Affonso alongava os olhos pelas províncias do império, buscando um homem cujo braço fosse assaz firme para fazer reluzir o seu montante ao sol dos combates, e cuja frente fosse assaz robusta para não vergar sob o peso do seu diadema de ferro. Era mister escolher um marido para D. Urraca sua filha mais velha, viúva do conde de Galliza Raymundo; porque a ella pertencia o throno por um costume introduzido a despeito das leis gothicas, que davam aos grandes e homens livres o direito d’eleger os reis. Entre os ricos-homens mais illustres dos seus vastos estados nenhum achou o velho digno de tão altos destinos. Affonso rei d’Aragão tinha, porem, todos os predicados que o altivo monarcha entendia serem necessários ao primeiro dos defensores da cruz, e foi a este que no seu leito de agonia desejou que D. Urraca desse a mão d’esposa, apenas succedesse no throno. Assim esperava por um lado que a severidade e energia do novo príncipe contivesse as perturbações intestinas, e que o seu esforço não deixasse folgar os árabes com a noticia da morte daquelle que por tantos annos lhes fora flagello e destruição. Os acontecimentos posteriores provaram, todavia, que Affonso 6º inteiramente se enganara [...] Mas a sua viúva, a bastarda de Afonso 6º, era digna do ambicioso e ousado borgonhez. A leoa defendeu o antro, onde já não se ouvia o rugido de seu fero senhor, com a mesma energia e esforço, de que elle lhe dera tão repetidos exemplos. Durante quinze annos luctou por conservar intacta a independência da terra que lhe chamava rainha, e quando o seu filho lhe tirou das mãos a herança paterna, só havia um anno que a altiva dona dobrara, até certo ponto, a cerviz á fortuna do jovem herói Affonso Raimundez. Mas esta pedra preciosa, arrancada à força da coroa leoneza, nunca mais devia tornar a engastar-se nella (HERCULANO, 1843, p. 10-11).

Essas passagens não seriam mais do que a preparação para os acontecimentos que levarão à separação de Portugal, já que D. Teresa, ao se relacionar com Fernando Peres, Conde de Trava, dispõe-se, pela vontade do marido, a curvar-se ao jugo de Leão e Castela e abrir mão da independência de seu território pela qual tanto lutava anteriormente. Tal episódio provoca o descontentamento dos Barões que irão se unir a seu filho, Afonso Henriques, na luta pela Independência do que virá a ser o Reino português.

A trama do romance, portanto, se desenvolve nesse breve limiar da História portuguesa entre o governo de D. Teresa ao lado do Conde de Trava, entrando em conflito com Afonso Henriques, a preparação da resistência ao poder de Leão e Castela, e a vitória do Infante sobre sua mãe, na batalha de S. Mamede, marco da instauração do Reino português como território independente. Ou seja, é o mesmo evento discutido nas “Cartas Sobre a História de Portugal” e na *História de Portugal*, mas sem a preocupação de se determinar a validade ou não da transmissão de terras e direitos de hereditariedade e a veracidade das fontes documentais.

Diferente da forma como Varnhagen aborda a História em sua “Crônica do Descobrimento do Brasil”, discutindo acerca das fontes mais fidedignas e apresentando trechos documentais, Herculano atua de maneira mais sutil, narrando no corpo do texto todo o episódio histórico que deseja ter como base. Contudo, não gasta linhas a fio discutindo versões de historiadores e as fontes utilizadas, a exemplo de como procede, por exemplo, nas “Cartas sobre a História de Portugal”, ao problematizar o direito de herança e as versões históricas mais aceitas pelos historiadores em geral. Sua preocupação com as fontes e esclarecimentos sobre certos termos utilizados, que porventura remetam a um tempo demasiadamente remoto e outras questões do gênero aparecem nas notas de pé de página, e refletem as preocupações eruditas do autor. Mas como ele mesmo assevera, a ausência de referências deve-se a uma opção estilística, já que se trata de um romance e não de um trabalho teórico, o que nem por isso torna sua obra totalmente desprovida de uma perspectiva histórica:

Fique dito por uma vez que todos os nomes que empregamos, scenas que descrevemos, costumes que pintamos, são rigorosamente históricos. Fácil nos fora sumir este romance em um pélogo de citações; mas falece-nos a fúria da erudição. E não seria ella ridícula no humilde historiador d’um humilíssimo truão? (HERCULANO, 1843, p. 37).

A utilização de temática histórica e o embasamento da narrativa em documentação primária, aliados aos comentários críticos e à interlocução com historiadores reconhecidos são recursos empregados tanto por Herculano quanto por Varnhagen para sustentar o elemento de realidade dentro do texto literário. Dessa forma, uma mesma gama documental era utilizada para construir obras de caráter distinto, compondo, a partir da Literatura, um universo em que a realidade interagiu com a imaginação, criando uma forma de transmissão do conhecimento que não pertencia mais ao campo da verdade, mas do verossímil.

## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Trajetos de uma Forma Literária. In: *Novos Estudos*, n. 77, p. 205-220, março de 2007.
- HERCULANO, Alexandre. A Dama Pé-de-Cabra. In: *Lendas e Narrativas*. 2 ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II.
- HERCULANO, Alexandre. Cartas sobre a História de Portugal. In: *Opúsculos*. 5 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d.. Tomo V.
- HERCULANO, Alexandre. Eurico o Presbytero. In: HERCULANO, Alexandre. *O Monasticon*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.
- HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Em Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1851, Tomo I.
- HERCULANO, Alexandre. O Bobo. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa, n. 55, p. 10-12, 14 jan. 1843.
- HERCULANO, Alexandre. O Bobo. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa, n. 58, p. 37-40, 4 fev. 1843.
- MOISES, Massaud. *A Criação Literária – Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil Não é Longe Daqui: O Narrador, A Viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VARNHAGEN, Francisco A. de. Chronica do descobrimento do Brazil. In: *O Panorama – Jornal Instructivo e Litterario da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa, n. 142, p. 21-22, 18 jan. 1840.
- \_\_\_\_\_. Chronica do descobrimento do Brazil. In: *O Panorama – Jornal Instructivo e Litterario da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa, n. 144, p. 33-35, 1 fev. 1840.
- \_\_\_\_\_. Chronica do descobrimento do Brazil. In: *O Panorama – Jornal Instructivo e Litterario da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa, n. 145, p. 43-45, 8 fev. 1840.
- \_\_\_\_\_. Chronica do descobrimento do Brazil. In: *O Panorama – Jornal Instructivo e Litterario da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa, n.152, p. 101-104, 28 mar. 1840.
- \_\_\_\_\_. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, 1854. Tomo I.

## Notas

---

<sup>1</sup>O Panorama foi criado em 1837 e composto por cinco séries de publicação ao longo dos anos de sua existência: a primeira datada de maio de 1837 a dezembro de 1841 (5 volumes), a segunda de janeiro de 1842 a dezembro de 1844 (3 volumes), a terceira de setembro de 1846 a 1856 (5 volumes), a quarta que teve início em janeiro de 1857 e a quinta e última datada de 1866. Esteve sob a direção de Alexandre Herculano durante os três primeiros anos de existência e foi um dos principais responsáveis pela divulgação do romantismo em Portugal.

<sup>2</sup>Optamos por apresentar o título da obra em itálico (*O Bobo*) quando nos referirmos ao romance em si, e entre aspas (“O Bobo”) quando nossos objetos forem as publicações no *Panorama*, que são as fontes

---

utilizadas na análise. Em 1843 o texto é publicado no *Panorama* inicialmente na forma de folhetim, distribuído ao longo de 15 números, iniciado em 14 de janeiro e finalizado no dia 5 de agosto. Mas, a edição como obra única saiu apenas muitos anos depois, em 1878, após a morte do autor, ocorrida em 13 de setembro do ano anterior.

<sup>3</sup> Posteriormente publicada no *Diário do Rio de Janeiro* com o nome de “O Descobrimento do Brasil: crônica do fim do 15º século” entre 10 e 23 de junho do mesmo ano (SÜSSEKIND, 1990, p. 184).

<sup>4</sup> Recurso que também é utilizado por Herculano em diversas ocasiões, como no início de “A Dama do Pé-de-Cabra”, em que adverte: “Vós os que não credes em bruxas, nem em almas penadas, nem nas tropelias de Satanás, assentae-vos aqui ao lar, bem junctos ao pé de mim, e contar-vos-hei a historia de D. Diogo Lopes, senhor de Biscaia. E não me digam no fim: - não pode ser.”- Pois eu sei cá inventar cousas destas? Se a conto, é porque a li n’um livro muito velho, quasi tão velho como o nosso Portugal. E o auctor do livro velho leu-a algures ou ouviu-a contar, que é o mesmo, a algum jogral em seus cantares. É uma tradição veneranda; e quem descrê das tradições lá irá para onde o pague” (HERCULANO 1859, p. 7).

<sup>5</sup> As *Cartas sobre a História de Portugal* foram escritas por Herculano à *Revista Universal Lisbonense* entre 1842 e 1843, tratando de uma gama de temas caros à constituição da história de seu país, sobretudo dos primórdios da formação da nação portuguesa. Compõem um total de cinco cartas, com os títulos: “Sobre a História de Portugal” (Cartas 1 e 2); “Separação de Portugal do Reino de Leão”; “Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da História”; “Ciclos ou grandes divisões históricas” e que posteriormente foram reunidas no Tomo V – “Controvérsias e Estudos Históricos”, dos *Opúsculos*. Nessas cartas o autor delinea tanto a forma como concebia a história, críticas aos trabalhos de estudiosos anteriores, como a maneira de interrogar os documentos e discussões acerca de fatos e eventos tidos a priori como certos e incontestáveis. Dessa forma, também temas como Nação e memória constituem pontos cruciais de sua abordagem.

Artigo recebido em 10/08/2013. Aprovado em 01/10/2013.